

Atualidades

Marco Segre

A Secção Atualidades objetiva pôr o leitor em contato com situações questionáveis, singulares e até mesmo humorísticas, sob o enfoque ético.

Os relatos desta Secção serão sucintos e diretos. Igualmente, serão noticiados cursos, seminários, simpósios e congressos, no Brasil e no mundo, concernentes à Bioética.

A conotação antiética da maioria dos fatos relatados é clara.

Estamos com Pellegrino, que condena esse "imbróglio".

Destaque-se que esse relato foi para aqui trazido porque acontecimentos como esse não são tão excepcionais. Recentemente, um psiquiatra inglês, mesmo sem ter mantido qualquer vínculo profissional com a Lady Di, permitiu-se discorrer sobre sua personalidade com base em vídeos de aparições da princesa na televisão. Não houve nesse caso quebra da confidencialidade, mas será isso ético? Ou se tratará de franca charlatanice?

Edmund Pellegrino _ Cambridge Quarterly Healthcare Ethics, 1996

Obra literária x segredo profissional

Edmundo Pellegrino analisa os aspectos éticos envolvidos a partir da publicação de uma biografia da poetisa Anne Sexton, escrita por uma professora de inglês da Universidade de Stanford, Diane Wood Middlebrook, a qual utilizou, entre outras fontes, 300 fitas gravadas nas sessões de Sexton com seu psiquiatra, Martin Orne. O material foi cedido, anos após a morte da poetisa, pela sua filha e executora literária, sendo complementado por cartas, rascunhos, fotos, poemas não publicados, *clippings* e registros hospitalares.

O livro, comenta Pellegrino, causou incontáveis controvérsias, principalmente no que se refere à intimidade da poetisa, totalmente violada e exposta ao público.

Seus defensores alegam que o livro trouxe benefício para pessoas com aflições semelhantes, graças ao conhecimento e à divulgação dos presumidos anseios e sofrimentos da poetisa, pelo valor do delineamento das conexões entre criatividade e psicose, pela desestigmatização da perturbação emocional, seu testemunho contra o paternalismo e pelo seu destaque quanto à importância do tratamento psiquiátrico. Seus críticos, por outro lado, condenam severamente a violação de Orne quanto à intimidade de Sexton, questionam o provável impacto negativo do livro sobre outros membros da família Sexton que não compartilhem do entusiasmo da filha de Anne pela publicação, e o discutível benefício, para outras pessoas, da revelação de aberrações sexuais de Anne. Muitos deploram, ainda, a conduta da filha de Sexton, rompendo a relação de confiança com sua mãe, e outros alegam que toda a controvérsia foi causada pelo medo de discussões francas sobre sexo, por conceitos ultrapassados dos direitos dos mortos, e por vezo antifeminista. Complicadores desse questionamento são o fato de o segundo psiquiatra de Sexton ter mantido relações sexuais com ela (cobrando-as, como psicoterapia), a não-denúncia em tempo oportuno dessas relações pelo seu primeiro psiquiatra (que sabia delas) e, ainda, um possível vínculo entre o suicídio de Sexton e a suspensão da terapêutica pelo terceiro psiquiatra, supostamente em face da frustração do profissional quanto à situação de sua cliente. Pellegrino pergunta: Qual a natureza da confidencialidade, em geral? No que ela difere, especificamente, na psicoterapia? Pertence a confidencialidade apenas ao cliente, ou também à sua família? Haverá benefício, para pacientes psiquiátricos, com o conhecimento da psicoterapia de outras pessoas com perturbações semelhantes? Deverá (ou não) o direito moral ao sigilo profissional estender-se do divã até a tumba?

Decisões judiciais contrariam provas técnicas

Os juízes dos Estados Unidos vêm demonstrando posições próprias, distanciando-se do que os profissionais de saúde consideram (ou não) cientificamente provado nos tribunais, quanto à aceitação de determinadas técnicas como provas.

Em dois casos recentes _ *US v. Posado* e *Borawick v. Shay* _ considerou-se aceitar o uso do detector de mentiras (polígrafo), bem como da hipnose, para a obtenção de dados, nos processos.

No primeiro deles, a Corte estabeleceu, contrariamente aos reclamos da acusação (que alegava não ser o polígrafo

instrumento cientificamente seguro para oferecer dados de importância judicial) que somente a ela cabia a escolha dos métodos de investigação que considerasse convenientes. Essa postura favoreceu os acusados (surpreendidos, num aeroporto, com 44 quilos de cocaína, e que "comprovaram", através do detector de mentiras, ter sido a droga localizada através de métodos ilegais, pela Polícia).

No segundo caso, a Corte admitiu a aceitação da denúncia de abuso sexual, que teria ocorrido havia 30 anos, por parte de uma mulher de 38 anos que alegou ter concluído recentemente um curso de psicoterapia, envolvendo hipnose, recuperando a memória de fatos até então reprimidos, e que envolviam o abuso sexual sobre ela praticado por seus tios.

Ellen Moskowitz _ Hasting Center Report, 1996

[Também entre nós o magistrado não necessita ater-se à prova pericial, ou, mesmo, ao parecer de autoridades científicas para proferir sua decisão. Seria, entretanto, prudente que o fizesse...]

A redescoberta em ética do valor das emoções

Mary B. Mahowald faz os seguintes comentários, inspirados em textos recentemente publicados sobre as perspectivas feministas de abordagem ética, de Susan Sherwin, Helen Bequast Holmes e Laura M. Pardy. Aparentemente, o sistema médico e a bioética, ambos dominados pelos homens, perceberam finalmente a importância das contribuições feministas. Durante décadas as críticas feministas apareceram em publicações populares, e para o público feminino, mas apenas recentemente elas foram seriamente consideradas nas que Susan Sherwin denomina revistas de "corrente masculina". Só o tempo irá demonstrar se essa participação influenciará, de alguma forma, a "visão masculina".

Graças a esse tipo de publicações, prossegue Mahowald, se está expandindo nossa compreensão da visão feminina no tocante a variados tópicos, e enriquecendo nossa compreensão através da ótica feminista quanto a assuntos mais específicos das mulheres (fertilização *in vitro* na esterilidade masculina, cautelas jurídicas na prevenção do dano fetal, consentimento informado de mulheres trabalhadoras, significado moral do nascimento, diagnóstico pré-natal para seleção de sexo, câncer de mama, etc.)

Mary B. Mahowald _ Cambridge Quarterly Healthcare Ethics, 1994.

*[Embora importante, o destaque maior não cabe ao enfoque dos dilemas éticos específicos das mulheres. O maior valor desses estudos, dos quais Carol Gilligan é uma das expoentes, é a valorização dos sentimentos e das "intuições" (mais percebidos pelas mulheres) no tocante ao convívio humano. Contraditando o tão encantado racionalismo (de Descartes a Kant), insinua-se que a eticidade pode não provir tão somente do "imperativo categórico" ("Crítica da razão prática" _ Kant), fundamentando uma teoria de deveres que o homem deve respeitar, tanto pela força de sua vontade (voluntarismo) como também por emoções genuínas, inerentes a todo ser humano. Gilligan, pontuando a *ethics of care*, não menospreza (não acolhendo a alegação de elas estarem fora do alcance da ética) as que Freud coloca como pulsões (as de Eros _ vida _ são construtivas), fluindo estas do próprio âmago da personalidade e não decorrendo de imposições (ética dos deveres).]*

Os pré-embriões da Inglaterra

A polêmica surgida com relação à destruição, pelo governo inglês, de pré-embriões humanos é perfeitamente compreensível.

O avanço tecnológico vai nos colocando na situação de HOMEM-DEUS. Está ultrapassada a tradicional distinção entre os humanos e os outros animais _ a qual prendia-se ao fato de termos condições de modificar nosso *habitat*, contrariamente às outras espécies. Hoje, o homem tem condições de interferir sobre si mesmo (e não apenas sobre o seu *habitat*): pela intervenção no gene humano podemos retirar, ou modificar, características do ser em formação; pela reprodução assistida podemos gerar pessoas, até escolhendo seu sexo. Já dissemos, em várias ocasiões, que a eticidade (ou não) de uma intervenção sobre o ser humano não está na técnica empregada: ela decorre do objetivo visado, sendo a "liberdade" e a "qualidade de vida" nossos valores primaciais. Logo, não há porque se questionar o caráter ético (ou não) da engenharia genética ou da reprodução assistida: o que importa é o objetivo da utilização desse conjunto de técnicas.

Dentro dessa ótica (e dessa ética), se o HOMEM-DEUS pode intervir sobre o gene, alterando as características do ser humano, e se ele pode, também (voltando ao tema inicialmente proposto), por meio da reprodução assistida (RA), produzir embriões (ou pré-embriões, afinal não importa a denominação) ou cloná-los, e ainda suspender artificialmente seu desenvolvimento, reativando-o oportunamente, será coerente que esse mesmo HOMEM-DEUS não possa destruir sua obra quando, à luz de seus valores, essa destruição for necessária? A obstaculização à

destruição de embriões, quando seus genitores não os queiram, não reproduziria a situação do "aprendiz de feiticeiro", fabricando o "feitiço" mas impossibilitado de contê-lo?

A polêmica é, entretanto, compreensível. A idéia da sacralidade da vida (obra divina) está ainda muito arraigada. Mas, aceitando-se essa idéia de sacralidade, pode-se afirmar que o homem gerado mediante a reprodução assistida não é "sagrado", valendo menos que aquele produzido pelos meios naturais? Não soaria absurda essa postura?